



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo n.º 00503170420198172001

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADRIANA VIANA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., , vem apresentar a presente **ALEGAÇÕES FINAIS em forma de MEMORIAIS**, o que faz consubstanciado nas razões que seguem abaixo, expondo para em seguida requerer:

Aclarado Julgador, a Seguradora ré faz uso de suas Alegações Finais em forma de Memoriais para trazer a vosso crivo a análise da presente demanda, bem como apresentar sucintamente suas considerações referentes às suas teses de defesa.

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	16/04/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ADRIANA VIANA DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00047

CONTA: 000000057412-9

Nr. da Autenticação 23C2E63A6D3269D6

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora, tendo sido produzido o laudo acostado aos autos.

DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A INVALIDEZ DO JOELHO ESQUERDO

Ocorre que, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**¹.

Isso, por que conforme análise dos documentos médicos acostados não há qualquer indicação de efetiva lesão em joelho na data do acidente.

Conforme boletim de primeiro atendimento, a vítima alegou sentir dores em ombro e joelho, no entanto, após as radiografias, somente foram adotados procedimentos relativos ao ombro:

EXAMES IMAGEM			Qtd	Unid
1	RX JOELHO ESQUERDO A.P. / LATERAL ; Exame: 269813		1	
2	RX BRAÇO ESQUERDO A.P. / PERFIL ; Exame: 269813		1	

Percebe-se, que, embora tenha sido requerido radiografias para ambos os seguimentos, diferente do que ocorreu em relação ao ombro, inexistem documentos que demonstrem em efetiva lesão em joelho ou qualquer documento que comprove procedimentos médicos voltados para esta suposta lesão.

Paciente...: 498069 - ADRIANA VIANA DA SILVA	
Peso.....: Altura: Sup. Corporal:	
Internação.: 08/01/2018 13:21 0 Dias(s) int	
Médico.....: RODRIGO AMORIM DE MORAES PEREZ - CRM 22017	
FUNÇÃO: MEDICO(A) Serviço: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA	
Unid. Int.: ATENDIMENTO-SPA Leito.: Cobertura:	
Cid.....: S422 FRAT DA EXTREMIDADE SUPER DO UMEMO Cíolo...: /	
Diagnóstico:	
Protocolo...	
Classificação de Risco:URG	
Classificação de Risco:URGENTE	
Alergias: NEGA ALERGIAS	PREScrição DE PROC EXAMES
PROCEDIMENTOS MEDICOS	
3 C.C. APARELHO GESSADO AXILO PALMAR G	1
[-> ATADURA GESSADA 10CM	5 UN
X4,0M BRANCA	
[-> ATADURA GESSADA 15CM	4 UN
X4,0M BRANCA	
[-> ATADURA CREPE 20CM X	1 UN
4.5M 11 FIOS	

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima relativa ao joelho, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo².

¹x-SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT.(TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

²x-APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos

Portanto, como não há nexó de causalidade entre a invalidez do joelho e o suposto acidente noticiado e, o laudo demonstrou invalidez do ombro compatível com o pagamento efetuado em sede administrativa, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente.

Dessa forma, por tudo mais que dos autos consta, bem como as provas produzidas, reportando-se o Réu as razões apresentadas na contestação, e fundamentação exposta na presente alegações finais, requer a total improcedência da demanda com a extinção do processo na forma do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 9 de março de 2021.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE